

SUMÁRIO

ABREVIATURAS.....	19
INTRODUÇÃO.....	21
 <i>CAPÍTULO 1</i>	
O DEVIDO PROCESSO LEGAL COLETIVO	25
1.1. Introdução	25
1.2. Conceito de litígio coletivo	26
1.2.1. Conceito de sociedade	27
1.2.2. Os litígios coletivos de acordo com os conceitos de sociedade: indicadores	30
1.2.2.1. Conflituosidade.....	30
1.2.2.2. Complexidade.....	32
1.2.3. Os litígios coletivos de acordo com os conceitos de sociedade: tipologia	34
1.2.3.1. Litígios coletivos de difusão global (litígios globais).....	35
1.2.3.2. Litígios coletivos de difusão local (litígios locais)	36
1.2.3.3. Litígios coletivos de difusão irradiada (litígios irradiados).....	40
1.2.4. Síntese das categorias: como os litígios globais, locais e irradiados se relacionam com os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos?	46
1.3. O problema do devido processo legal.....	53
1.4. Para que serve a participação no processo?	58

1.5. Processando em nome de outrem: uma estrutura de processo representativo.....	64
1.5.1. Interesses, opiniões e perspectivas.....	65
1.5.2. Uma proposta para a representação no processo coletivo	68
1.5.2.1. O princípio da titularidade definida dos interesses representados.....	71
1.5.2.2. O princípio da atuação orbital do representante.....	72
1.5.2.3. O princípio da complementaridade entre representação e participação	74
1.5.2.4. O princípio da variância representativa	75
1.6. Conclusão parcial.....	78

CAPÍTULO 2

ATUAÇÃO INTERATIVA E LITÍGIOS COLETIVOS.....	83
2.1. Introdução	83
2.2. Direito à participação.....	85
2.2.1. A participação enquanto uma experiência.....	92
2.2.2. A participação enquanto instrumento	97
2.2.3. A participação como direito.....	102
2.2.4. Elementos da participação.....	105
2.2.4.1. Interação.....	105
2.2.4.2. Informação.....	106
2.2.4.3. Procedimentalização.....	109
2.2.4.4. Conclusão parcial.....	111
2.2.5. Níveis da participação: variância representativa.....	113
2.2.5.1. Notificação dos interessados (direito de notificação).....	114
2.2.5.2. Informação aos interessados (direito de informação)	116
2.2.5.3. Ouvir os interessados (direito de audiência, de consulta)	118
2.2.5.4. Influência por parte dos interessados (direito de influência).....	120

2.2.5.5. Cooperação (comunidade de trabalho)	123
2.2.5.6. Codecisão	125
2.2.6. O TAC-Gov como piso mínimo de participação em litígios coletivos	127
2.2.6.1. Entendendo o TAC-Gov	135
2.2.6.2. Elementos do piso mínimo participativo estabelecido pelo TAC-Gov	146
2.2.6.3. A repactuação e o Novo Acordo do Rio Doce....	155
2.3. Mobilização do direito	164
2.3.1. Efeitos da mobilização do Direito	170
2.3.2. A importância dos legitimados ativos nas hipóteses de grupos que se mobilizam após o litígio	175
2.4. Mobilização no direito	180
2.4.1. As atividades da mobilização no Direito	183
2.4.1.1. Organização	183
2.4.1.2. Informação	188
2.4.1.3. Participação	190
2.4.2. Níveis de envolvimento/engajamento	191
2.5. Implementação das práticas de interação	194
2.5.1. Identificação dos interlocutores	195
2.5.1.1. Interlocutores nos litígios de difusão global.....	196
2.5.1.2. Interlocutores nos litígios de difusão local	197
2.5.1.3. Interlocutores nos litígios de difusão irradiada.....	198
2.5.2. Organização e mobilização	200
2.5.2.1. Organização interna	200
2.5.2.2. Organização/mobilização dos titulares dos direitos.....	202
2.5.3. Atuação interativa	203
2.5.3.1. Conteúdo da atuação interativa	204
2.5.3.2. Atuação extrajudicial: procedimentos pré-processuais	206
2.5.3.3. Atuação extrajudicial: projetos sociais	207
2.5.3.4. Atuação judicial	209
2.5.3.5. Negociação, acordos, TACs.....	210
2.5.4. Ferramentas de efetivação da participação.....	213

2.5.4.1. Reuniões	213
2.5.4.2. Audiências públicas	217
2.5.4.3. Formação de instâncias de deliberação coletiva	221
2.5.4.4. Aproveitamento das estruturas participativas das políticas públicas	222
2.5.4.5. Assessoria técnica independente.....	222
2.5.4.6. Tecnologia e inteligência artificial como apoio à atuação interativa	223
2.5.4.7. O novo marco nacional dos processos estruturais e o lugar da atuação interativa.....	229
2.6. Conclusão parcial	234
2.7. Roteiro prático	235

CAPÍTULO 3

O DIREITO À ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE.....	239
3.1. Introdução	239
3.2. Deveria existir um direito à assessoria técnica independente?.....	240
3.2.1. Desequilíbrio informacional, econômico e organizacional entre as partes	252
3.2.2. O sistema judicial não está organizado e tecnicamente preparado para absorver e tutelar litígios coletivos de complexidade e conflituosidade média ou alta	255
3.2.3. Por se expressarem de maneira não tecnizada, a sociedade titular dos direitos não consegue acessar os espaços formais e institucionais de decisão	260
3.2.4. Mas, afinal, o que faz uma assessoria técnica independente?.....	264
3.2.5. Conclusão parcial.....	273
3.3. O direito à assessoria técnica independente	275
3.3.1. Primeiros passos e previsões normativas.....	276
3.3.2. Fundamentos do direito à assessoria técnica independente	282
3.3.2.1. Princípio republicano	283
3.3.2.2. Princípio democrático, Estado de Direito e democracia participativa.....	285

3.3.2.3. Dignidade da pessoa humana (autonomias privada e pública).....	287
3.3.2.4. Princípio da centralidade do sofrimento da vítima	288
3.3.2.5. Sistematização.....	291
3.3.3. Elementos do direito à assessoria técnica independente....	291
3.3.3.1. Independência em relação ao causador dos danos ou responsável pela efetivação do direito ...	292
3.3.3.2. Vinculação aos interesses dos assessorados	299
3.3.3.3. Relação de confiança com os assessorados.....	301
3.3.3.4. Controle social.....	304
3.3.3.5. Multidisciplinariedade	308
3.3.3.6. Conclusão parcial.....	311
3.3.4. Objeto do direito à assessoria técnica independente (assessoria técnica como atividade)	312
3.3.4.1. Mobilização e organização	313
3.3.4.2. Produção de dados técnicos	320
3.3.4.3. Efetivação de fluxo de informações	324
3.3.4.4. Elaboração e execução de metodologias participativas e de técnicas de tomada coletiva de decisões	329
3.3.4.5. Identificação e caracterização dos danos e dos grupos e indivíduos titulares do direito	334
3.3.4.6. Educação e formação em direitos	340
3.3.5. Resultados esperados (assessoria técnica como instrumento)	344
3.3.5.1. Direito ao processo justo	344
3.3.5.2. Paridade de armas, igualdade e contraditório no processo	346
3.3.5.3. Devido processo legal coletivo	350
3.3.5.4. Sistematização.....	350
3.3.6. Titularidade e sujeito passivo	351
3.3.7. Conclusão parcial.....	352
3.4. Não é assessoria técnica independente.....	353
3.4.1. A assessoria técnica não representa os seus assessorados.....	353

3.4.2. A assessoria técnica não é responsável pela veracidade e pela tempestividade das informações.....	354
3.4.3. A assessoria técnica não se confunde com assistência técnica.....	355
3.4.4. A assessoria técnica não executa atividades de reparação dos danos.....	356
3.4.5. Sistematização	357
3.5. Implementação e recomendações práticas para viabilizar o direito à assessoria técnica.....	357
3.5.1. Experiências	358
3.5.2. Assessoria técnica independente para litígios de menor repercussão	364
3.5.3. Efetivação do direito à assessoria técnica independente...	366
3.5.3.1. Modelo de pedido	371
3.5.3.2. Modelos de cláusulas	372
3.5.4. Custeio.....	374
3.5.5. Formas de contratação	374
3.5.6. Credenciamento	376
3.5.7. Processo de escolha.....	378
3.5.7.1. Modelo de Termo de Referência	382
3.5.7.2. Modelo de Edital de Chamamento Público.....	386
3.5.7.3. Modelo de Plano de Trabalho e detalhamento das atividades.....	389
3.6. Conclusão Parcial.....	392
CONCLUSÃO	395
REFERÊNCIAS	397